

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	31
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL	31
1.1. Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	31
1.1.1. Princípio da presunção da inocência ou do estado de inocência ou da situação jurídica de inocência ou da não culpabilidade (art. 5º, LVII, CF).....	31
1.1.2. Princípio da igualdade processual ou da paridade das armas – par conditio (art. 5º, <i>caput</i> , CF).....	31
1.1.3. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, CF)	32
1.1.4. Princípio da plenitude da defesa (art. 5º, XXXVIII, alínea “a”, CF)	33
1.1.5. Princípio da prevalência do interesse do réu ou <i>favor rei, favor libertatis, in dubio pro reo, favor inocente</i> (art. 5º, LVII, CF)	33
1.1.6. Princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência (art. 5º, LV, CF)	35
1.1.7. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, CF).....	35
1.1.8. Princípio da publicidade (arts. 5º, LX e XXXIII, e 93, IX, CF e art. 792, <i>caput</i> , CPP).....	35
1.1.9. Princípio da vedação das provas ilícitas (art. 5º, LVI, CF)	36
1.1.10. Princípios da economia processual, celeridade processual e duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CF).....	38
1.1.11. Princípio constitucional geral do devido processo penal – devido processo legal ou <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF)..	39
1.2. Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	40
1.2.1. Princípio de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo ou da não autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	40
1.2.2. Princípio da iniciativa das partes ou da ação ou da demanda (<i>ne procedat iudex ex officio</i>) e princípio consequencial da correlação entre acusação e sentença	41
1.2.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	42
1.2.4. Princípio do juiz imparcial	42
1.2.5. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal	43

1.2.6.	Princípio da vedação da dupla punição e do duplo processo pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	44
2.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL PROPRIAMENTE DITOS	45
2.1.	Princípio da busca da verdade real ou material	45
2.2.	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	45
2.3.	Princípio da comunhão ou aquisição da prova	46
2.4.	Princípio do impulso oficial	47
2.5.	Princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado.....	48
2.6.	Princípio da lealdade processual	48
3.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	48
4.	GABARITO	49

CAPÍTULO II

	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO	51
1.	PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 1º CPP).....	51
2.	EXCEÇÕES À REGRA DA TERRITORIALIDADE	51
2.1.	Tratados, convenções e regras de direito internacional (art. 1º, I, CPP)	52
2.2.	Jurisdição política (art. 1º, II, CPP).....	53
2.3.	Justiça Militar (art. 1º, III, CPP)	54
2.4.	Tribunal de Segurança Nacional (art. 1º, IV, CPP).....	54
2.5.	Lei de Imprensa (art. 1º, V, CPP).....	55
2.6.	Legislação especial (art. 1º, parágrafo único, CPP)	55

CAPÍTULO III

	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO	57
1.	REGRA GERAL (ART. 2º CPP) – PRINCÍPIO DO EFEITO IMEDIATO OU PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO IMEDIATA OU SISTEMA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS	57
2.	EXCEÇÃO (ART. 3º LICPP).....	57
3.	NORMAS PROCESSUAIS PENAS MATERIAIS OU MISTAS OU HÍBRIDAS (ART. 2º LICPP)..	58

CAPÍTULO IV

	INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	61
1.	NOÇÕES GERAIS.....	61
2.	ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	61
2.1.	Quanto ao sujeito que a realiza ou à origem.....	61
2.2.	Quanto aos meios empregados ou ao modo.....	62
2.3.	Quanto aos resultados.....	63

CAPÍTULO V

	JUIZ DAS GARANTIAS	65
1.	NOÇÕES GERAIS.....	65

2.	COMPETÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS (ART. 3º-B CPP).....	67
3.	ABRANGÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS (ART. 3º-C, CAPUT, CPP)	74
4.	REEXAME DAS MEDIDAS DETERMINADAS PELO JUIZ DAS GARANTIAS (ART. 3º-C, § 2º, CPP).....	76
5.	ACAUTELAMENTO DOS AUTOS DA INVESTIGAÇÃO (ART. 3º-C, §§ 3º E 4º, CPP)	77
6.	IMPEDIMENTO DO JUIZ DAS GARANTIAS NA FASE PROCESSUAL (ART. 3º-D, CAPUT, CPP).....	78
7.	RODÍZIO DE JUÍZES EM COMARCAS DE VARA ÚNICA (ART. 3º-D, PARÁGRAFO ÚNICO, CPP).....	79
8.	DESIGNAÇÃO DOS JUÍZES DAS GARANTIAS (ART. 3º-E CPP)	80
9.	PROTEÇÃO DA IMAGEM DOS PRESOS (ART. 3º-F CPP)	80
10.	CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DAS GARANTIAS DECLARADA PELO STF E PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO	81
11.	APLICAÇÃO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO TEMPO	81

CAPÍTULO VI

	INQUÉRITO POLICIAL.....	83
1.	CONCEITO.....	83
2.	POLÍCIA JUDICIÁRIA (ART. 4º, CAPUT, CPP e ART. 144, CAPUT, § 1º, I e IV, e § 4º, CF).	83
3.	OUTRAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS (ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, CPP)	85
4.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PRESIDIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	87
5.	CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	90
6.	INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 5º, I, II e § 3º, CPP).....	97
7.	INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL COM BASE EM <i>DELATIO CRIMINIS ANÔNIMA</i>	100
8.	“DISQUE-DENÚNCIA”, LEI Nº 13.608/18 E <i>WHISTLEBLOWER</i> (“INFORMANTE DO BEM”)	102
9.	INTERFERÊNCIA DA ESPÉCIE DE AÇÃO PENAL NA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 5º, §§ 4º e 5º, CPP).....	105
10.	<i>NOTITIA CRIMINIS</i> OU NOTÍCIA DO CRIME	106
11.	INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS CONTRA AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO	106
12.	DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS (ARTS. 6º e 13 CPP).....	107
13.	REPRODUÇÃO SIMULADA DOS FATOS OU RECONSTITUIÇÃO DO CRIME (ART. 7º CPP)...	112
14.	PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 10, CAPUT e § 3º, CPP).....	112
15.	RELATÓRIO FINAL E INDICIAMENTO (ART. 10, §§ 1º e 2º, CPP).....	115
16.	DESTINO DO INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 10, § 1º, 11, 19 e 23 CPP).....	117
17.	INQUÉRITO COMO BASE DA DENÚNCIA OU QUEIXA E SUA DISPENSABILIDADE (ART. 12 CPP).....	118
18.	DISCRICIONARIEDADE DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 14 CPP)	118
19.	DIREITO DE DEFESA DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DAS FORÇAS ARMADAS EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (ART. 14-A DO CPP COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.964/2019 – “PACOTE ANTICRIME”).....	119
20.	CURADOR (ART. 15 CPP).....	125

21.	NOVAS DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 16 e 47 CPP).....	126
22.	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	126
22.1.	Arquivamento do IP na sistemática advinda da interpretação conforme a Constituição do art. 28, <i>caput</i> e § 1º, do CPP realizada pelo STF nas ADIs ajuizadas contra o “Pacote Anticrime” (6.298, 6.299, 6.300 e 6.305)	126
22.1.1.	Providência a cargo do Ministério Público e requisitos.....	129
22.1.2.	Vedação ao arquivamento implícito.....	130
22.1.3.	Desnecessidade de decisão judicial homologatória da manifestação do Ministério Público de arquivamento do inquérito.....	131
22.1.4.	Inexistência de revisão automática pelo órgão ministerial superior.....	133
22.1.5.	Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação por órgão interno do próprio Ministério Público (art. 28, <i>caput</i> , CPP)	133
22.1.6.	Instância de revisão ministerial	135
22.1.7.	Comunicação do arquivamento à vítima, ao investigado e à autoridade policial (art. 28, <i>caput</i> , CPP)	136
22.1.8.	Submissão do arquivamento pela vítima ou seu representante legal à instância de revisão ministerial (art. 28, § 1º, CPP).....	136
22.1.9.	Submissão do arquivamento pela autoridade judicial competente à instância de revisão ministerial (interpretação conforme a Constituição do art. 28, § 1º, CPP feita pelo STF no julgamento das ADIs ajuizadas contra o “Pacote Anticrime”).....	137
22.1.10.	Revisão do arquivamento em crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios (art. 28, § 2º, CPP)	139
22.1.11.	Providências pela instância de revisão ministerial.....	140
22.2.	Arquivamento indireto.....	141
22.3.	Arquivamento provisório.....	144
22.4.	Arquivamento originário.....	144
23.	TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	147
24.	DESARQUIVAMENTO À LUZ DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DO ART. 28, <i>CAPUT</i> E § 1º, DO CPP REALIZADA PELO STF NAS ADIS AJUIZADAS CONTRA O “PACOTE ANTICRIME”	148
25.	“COMPETÊNCIA” EM INQUÉRITO POLICIAL (ART. 22 CPP).....	150
26.	TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (ART. 69, <i>CAPUT</i> , DA LEI Nº 9.099/95)	152
27.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	153
28.	GABARITO	157

CAPÍTULO VII

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	159
1. CONCEITO.....	159
2. REQUISITOS, CONDIÇÕES E FORMA	160
3. ATUAÇÃO DO JUIZ.....	164
4. RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROPOR O ACORDO.....	165
5. DESCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO DO ACORDO.....	167
6. ANPP PARA PROCESSOS EM ANDAMENTO.....	168

CAPÍTULO VIII

AÇÃO PENAL	173
1. ESPÉCIES (ART. 100 CP e ART. 24, CAPUT, CPP).....	173
2. CASOS ESPECIAIS.....	173
2.1. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público praticado no exercício de suas funções (Súmula 714 STF).....	174
2.2. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (art. 225 CP).....	174
2.3. Ação penal no crime de injúria racial (art. 2º-A da Lei nº 7.716/89, com a redação dada pela Lei nº 14.532/23).....	180
2.4. Ação penal nos crimes de lesões corporais leves e culposas na Lei Maria da Penha (art. 41 da Lei nº 11.340/06).....	183
2.5. Ação penal nos crimes previstos no ECA (arts. 226, § 1º, com a redação dada pela Lei Henry Borel, e 227 do ECA).....	184
2.6. Ação penal popular (art. 14 da Lei nº 1.079/50).....	186
2.7. Ação penal ex officio (arts. 647-A e 654, § 2º, CPP).....	187
2.8. Ação de prevenção penal.....	188
2.9. Ação penal adesiva.....	188
2.10. Ação penal secundária.....	188
2.11. Princípio da suficiência da ação penal.....	189
2.12. Ação penal extensiva.....	190
2.13. Ação penal de segundo grau.....	190
2.14. Ação penal nos crimes de estelionato (art. 171, § 5º, com a redação dada pela Lei nº 13.964/2019 – “Pacote Anticrime”).....	190
2.15. Ação penal nos crimes de perseguição (art. 147-A, CP, com a redação dada pela Lei nº 14.132/21).....	193
2.16. Ação penal nos crimes de ameaça cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (art. 147, §§ 1º e 2º, CP, com a redação dada pela Lei nº 14.994/24).....	195
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL (ART. 395, II e III, CPP).....	195
4. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	201
4.1. Princípios regentes.....	201

4.1.1.	Princípio da obrigatoriedade (ou legalidade processual) e princípio consequencial da indisponibilidade	201
4.1.2.	Princípio da oficialidade	203
4.1.3.	Princípio da oficiosidade	204
4.1.4.	Princípio da autoritariedade	204
4.1.5.	Princípio da (in)divisibilidade.....	204
4.1.6.	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	205
4.2.	Representação do ofendido	205
4.3.	Requisição do Ministro da Justiça	211
5.	AÇÃO PENAL PRIVADA	212
5.1.	Legitimação ativa.....	212
5.2.	Princípios regentes.....	213
5.2.1.	Princípio da oportunidade ou da conveniência	213
5.2.2.	Princípio da disponibilidade.....	214
5.2.3.	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada (art. 48 CPP).....	214
5.2.4.	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	214
5.3.	Decadência.....	214
5.4.	Renúncia.....	215
5.5.	Perdão.....	216
5.6.	Perempção (art. 60 CPP)	218
5.7.	Espécies de ação penal privada.....	218
5.7.1.	Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita....	218
5.7.2.	Ação penal privada personalíssima	218
5.7.3.	Ação penal privada subsidiária da pública ou supletiva (art. 5º, LIX, CF, e art. 29 CPP)	218
6.	DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME	219
6.1.	Formalidades essenciais para a elaboração da denúncia ou queixa-crime (arts. 41 e 44 CPP)	219
6.2.	Prazo para oferecimento da denúncia (art. 46, <i>caput</i> , CPP)	222
6.3.	Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 CPP).....	224
7.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA	225
8.	RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 61 e 62 CPP)	226
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	226
10.	GABARITO	230
 CAPÍTULO IX		
	AÇÃO CIVIL EX DELICTO	233
1.	CONCEITO	233
2.	SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA COMO TÍTULO EXECUTIVO (ART. 63 CPP).....	233

3.	AÇÃO PARA RESSARCIMENTO DO DANO (ART. 64 CPP).....	235
4.	COMPETÊNCIA NA AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	236
5.	EXCLUDENTES DE ILICITUDE (ART. 65 CPP).....	237
6.	CAUSAS QUE POSSIBILITAM A AÇÃO CIVIL INDENIZATÓRIA (ARTS. 66 e 67 CPP).....	238
7.	LEGITIMIDADE PARA OFERECIMENTO DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO NO CASO DE INTERESSADO POBRE (ART. 68 CPP).....	238
8.	PRAZO PRESCRICIONAL.....	239
CAPÍTULO X		
COMPETÊNCIA		
		241
1.	NOÇÕES GERAIS.....	241
2.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL (<i>RATIONE LOCI</i>)	242
2.1.	O lugar da infração penal como regra geral (art. 70 CPP).....	242
2.2.	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo (art. 72 CPP)	246
2.3.	Ação penal exclusivamente privada (art. 73 CPP).....	246
3.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA (<i>RATIONE MATERIAE</i>) OU PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO (ART. 74 CPP)	247
3.1.	Competência do Tribunal do Júri	247
3.2.	Competência da Justiça Eleitoral.....	248
3.3.	Competência da Justiça Militar.....	249
3.4.	Competência da Justiça Federal.....	256
4.	A DISTRIBUIÇÃO COMO ALTERNATIVA À COMPETÊNCIA CUMULATIVA SUPLETIVA (ART. 75 CPP).....	269
5.	A COMPETÊNCIA POR CONEXÃO E CONTINÊNCIA – ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA (ARTS. 76 e 77 CPP).....	270
6.	FORO PREVALENTE (ART. 78 CPP).....	273
7.	SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE PROCESSOS (ART. 79 CPP)	278
8.	SEPARAÇÃO FACULTATIVA DE PROCESSOS (ART. 80 CPP).....	279
9.	PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO – PERPETUATIO JURISDICTIONIS (ART. 81 CPP).....	280
10.	AUTORIDADE DA JURISDIÇÃO PREVALENTE (ART. 82 CPP).....	280
11.	A PREVENÇÃO COMO CRITÉRIO RESIDUAL DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA (ART. 83 CPP).....	280
12.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FORO (<i>RATIONE PERSONAE</i>).....	281
12.1.	Perpetuação da jurisdição em caso de foro privilegiado (art. 84, § 1º, CPP).....	296
12.2.	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa (art. 84, § 2º, CPP).....	297
12.3.	Exceção da verdade nos crimes contra a honra (art. 85 CPP).....	298
13.	REGRAS DE APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO (ARTS. 88 a 91 CPP).....	299

14. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	300
15. GABARITO	306

CAPÍTULO XI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	309
1. QUESTÕES PREJUDICIAIS (ARTS. 92 a 94 CPP).....	309
2. EXCEÇÕES (ARTS. 95 a 111 CPP).....	313
2.1. Exceção de suspeição (arts. 96 a 107 CPP).....	313
2.2. Exceção de incompetência (arts. 108 e 109 CPP).....	315
2.3. Exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada (art. 110 CPP).....	316
3. INCOMPATIBILIDADES e IMPEDIMENTOS (ART. 112 CPP)	318
4. CONFLITO DE JURISDIÇÃO (ARTS. 113 a 117 CPP).....	318
5. RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS (ARTS. 118 a 124 CPP).....	321
6. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 a 144 CPP)	325
6.1. Sequestro (arts. 125 a 133-A CPP).....	325
6.2. Hipoteca legal (arts. 134 e 135 CPP).....	328
6.3. Arresto (arts. 136 a 144 CPP).....	329
7. INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 a 148 CPP)	331
8. INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 a 154 CPP)	332
9. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	334
10. GABARITO	335

CAPÍTULO XII

PROVA	337
1. CONCEITO	337
2. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA (ART. 155 CPP).....	337
3. ÔNUS DA PROVA E ATIVIDADE PROBATÓRIA DO JUIZ (ART. 156 CPP).....	339
4. MEIOS DE PROVA (ART. 157 CPP)	343
5. FINALIDADE E OBJETO DA PROVA	348
6. CLASSIFICAÇÃO DA PROVA.....	350
7. PROVAS EM ESPÉCIE	351
7.1. Prova pericial e cadeia de custódia (arts. 158 a 184 CPP).....	351
7.2. Interrogatório (arts. 185 a 196 CPP).....	363
7.3. Confissão (arts. 197 a 200 CPP).....	368
7.4. Perguntas ao ofendido (art. 201 CPP).....	370
7.5. Testemunhas (arts. 202 a 225 CPP).....	372
7.6. Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 CPP)	378
7.7. Acareação (arts. 229 e 230 CPP)	382
7.8. Documentos (arts. 231 a 238 CPP).....	382

7.9. Indícios (art. 239 CPP).....	384
7.10. Busca e apreensão (arts. 240 a 250 CPP e art. 5º, XI, CF).....	384
8. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	387
9. GABARITO	390

CAPÍTULO XIII

SUJEITOS NO PROCESSO PENAL	393
1. JUIZ	393
1.1. O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP)	393
1.2. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251 CPP)	393
1.3. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253 CPP).....	393
1.4. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254 CPP)	394
1.5. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255 CPP) ...	395
1.6. Criação proposital de animosidade por má-f� (art. 256 CPP)	396
2. MINISTÉRIO PÚBLICO	396
2.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257 CPP)	396
2.2. Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258 CPP).....	397
3. ACUSADO	397
3.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259 CPP)	397
3.2. Condução coercitiva do réu (art. 260 CPP).....	397
3.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261 CPP).....	398
4. CURADOR (ART. 262 CPP).....	399
5. DEFENSOR	400
5.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264 CPP).....	400
5.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265 CPP)	401
5.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267 CPP).....	403
6. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	403
7. FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇ�A.....	406
7.1. Denominação	406
7.2. Suspeição (art. 274 CPP).....	406
8. PERITOS E INTÉRPRETES.....	406
8.1. Perito (arts. 275 a 280 CPP).....	406
8.2. Intérprete (art. 281 CPP)	407
9. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	408
10. GABARITO	411

CAPÍTULO XIV

PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	413
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	413

2.	O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	421
3.	FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300 CPP)	424
4.	MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR.....	433
4.1.	Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	433
4.2.	Prisão em flagrante (arts. 301 a 310 CPP).....	442
4.2.1.	Noções gerais.....	442
4.2.2.	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301 CPP).....	443
4.2.3.	Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	444
4.2.4.	Espécies de prisão em flagrante (art. 302 CPP).....	445
4.2.4.1.	Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP).	445
4.2.4.2.	Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP)	445
4.2.4.3.	Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP).....	445
4.2.4.4.	Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145 STF)	446
4.2.4.5.	Flagrante forjado ou urdido	449
4.2.4.6.	Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial	450
4.2.4.7.	Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, § 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13).....	450
4.2.4.8.	Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP), habituais e continuados.....	451
4.2.5.	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305 CPP)	452
4.2.6.	Controle jurisdicional da prisão em flagrante e audiência de custódia (arts. 306 a 308 CPP).....	458
4.3.	Prisão preventiva	469
4.3.1.	Noções gerais.....	469
4.3.2.	Momento de decretação (art. 311 CPP).....	470
4.3.3.	Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312 CPP).....	471
4.3.4.	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314 CPP).....	477

4.3.5.	Fundamentação da prisão preventiva (art. 315 CPP).....	487
4.3.6.	Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316 CPP).....	491
4.4.	Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B CPP)	498
4.5.	Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP).....	500
4.6.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP).....	501
5.	EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	502
6.	OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 e 320 CPP)	519
7.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	524
7.1.	Noções gerais	524
7.2.	Liberdade provisória com fiança	528
7.2.1.	Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324 CPP)	529
7.2.2.	Valor da fiança (arts. 325 e 326 CPP)	530
7.2.3.	Condições da fiança (arts. 327 e 328 CPP).....	531
7.2.4.	Fiança definitiva (art. 330 CPP)	531
7.2.5.	Consequências possíveis da fiança	532
7.3.	Liberdade provisória sem fiança	535
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	539
9.	GABARITO	546
CAPÍTULO XV		
CITAÇÕES E INTIMAÇÕES		
		551
1.	CONCEITO DE CITAÇÃO.....	551
2.	ESPÉCIES DE CITAÇÃO.....	551
2.1.	Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357 CPP).....	551
2.2.	Citação do militar (art. 358 CPP).....	553
2.3.	Citação do funcionário público (art. 359 CPP).....	554
2.4.	Citação do réu preso (art. 360 CPP).....	554
2.5.	Citação por edital (arts. 361 a 366 CPP)	555
2.6.	Citação por hora certa (art. 362 CPP).....	556
3.	SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366 CPP).....	557
4.	A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367 CPP)	559
5.	CONCEITO DE INTIMAÇÃO	560
6.	PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372 CPP)	560
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	561
8.	GABARITO	565
CAPÍTULO XVI		
SENTENÇA.....		
		567
1.	ATOS JURISDICIONAIS	567

2.	CONCEITO DE SENTENÇA.....	568
3.	CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS	568
4.	CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381 CPP).....	570
5.	EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383 CPP).....	573
6.	MUTATIO LIBELLI (ART. 384 CPP).....	575
7.	INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385 CPP).....	582
8.	SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386 CPP).....	582
9.	SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387 CPP).....	585
10.	FORMA DA SENTENÇA (ART. 388 CPP).....	591
11.	PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392 CPP).....	591
12.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	592
13.	GABARITO.....	594

CAPÍTULO XVII

PROCEDIMENTOS	597
1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP)	597
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405 CPP)	599
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538 CPP).....	605
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95).....	607
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95).....	610
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95).....	616
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95).....	621
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 CPP).....	625
5.1. Composição	625
5.2. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF).....	626
5.3. Procedimento bifásico	626
5.4. Pronúncia (art. 413 CPP).....	628
5.5. Impronúncia (art. 414 CPP)	632
5.6. Absolvição sumária (art. 415 CPP).....	633
5.7. Desclassificação (art. 419 CPP).....	634
5.8. Fase do julgamento	635
5.9. Desaforamento (arts. 427 e 428 CPP).....	635
5.10. Jurados	637
5.11. O julgamento.....	639
5.12. Debates orais.....	641
5.13. Quesitos.....	643

6.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05).....	651
7.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 CPP).....	653
8.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523 CPP)	655
9.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530- I CPP).....	657
10.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).....	658
11.	PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS).....	667
12.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90).....	672
13.	PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548 CPP).....	675
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	677
15.	GABARITO	683
CAPÍTULO XVIII		
NULIDADES		687
1.	NOÇÕES GERAIS.....	687
2.	ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	687
3.	ESPÉCIES DE NULIDADES	688
4.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	690
4.1.	Não há nulidades sem prejuízo (art. 563 CPP)	690
4.2.	Não há nulidade provocada pela parte (art. 565 CPP).....	690
4.3.	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565 CPP).....	691
4.4.	Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566 CPP).....	691
4.5.	Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP).....	691
5.	ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	692
5.1.	Incompetência	692
5.2.	Impedimento e suspeição	693
5.3.	Suborno do juiz	693
5.4.	Ilegitimidade de parte	693
5.5.	Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	694
5.6.	Ausência do exame de corpo de delito.....	694
5.7.	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	694
5.8.	Falta de citação, ampla defesa e contraditório	695
5.9.	Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia....	695
5.10.	Ausência do réu e realização da sessão	695
5.11.	Quórum para a instalação da sessão do Júri	696

5.12.	Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	696
5.13.	Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	696
5.14.	Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri.....	697
5.15.	Ausência da sentença	697
5.16.	Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	697
5.17.	Ausência de intimação para recurso.....	698
5.18.	Falta do quórum legal para a decisão	698
5.19.	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	698
6.	ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA	698
6.1.	Infringência à regra de prevenção	698
6.2.	Falta de intervenção do Ministério Público	698
6.3.	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	699
6.4.	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia	699
6.5.	Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	700
6.6.	Ausência da forma legal dos atos processuais	700
7.	MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571 CPP).....	700
8.	CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS.....	702
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	702
10.	GABARITO	704

CAPÍTULO XIX

RECURSOS.....	707
1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	707
1.1. Noções gerais	707
1.2. Características.....	707
1.3. Efeitos.....	710
1.4. Recurso de ofício (art. 574 CPP)	711
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575 CPP).....	712
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576 CPP).....	713
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577 CPP).....	713
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	713
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 CPP).....	716
2. APELAÇÃO	719
2.1. Noções gerais	719
2.2. Interposição.....	720

2.3.	Cabimento	721
2.4.	Processamento	723
2.5.	Julgamento	724
3.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	725
3.1.	Noções gerais	725
3.2.	Interposição	725
3.3.	Hipóteses de cabimento (art. 581 CPP)	726
3.4.	Processamento	727
3.5.	Julgamento	728
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	728
4.1.	Noções gerais	728
4.2.	Interposição	728
4.3.	Hipóteses de cabimento	729
4.4.	Processamento	729
4.5.	Julgamento	730
5.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	731
5.1.	Noções gerais	731
5.2.	Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP)	731
5.3.	Hipóteses de cabimento	732
5.4.	Processamento	733
5.5.	Julgamento	733
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	734
6.1.	Noções gerais	734
6.2.	Interposição (art. 640 CPP)	734
6.3.	Hipóteses de cabimento (art. 639 CPP)	735
6.4.	Processamento (art. 643 CPP)	735
6.5.	Julgamento	735
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	736
8.	RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	737
9.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	742
10.	CORREIÇÃO PARCIAL	743
11.	AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL OU INOMINADO	744
12.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	745
13.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	747
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	748
15.	GABARITO	750
CAPÍTULO XX		
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO		
1.	NOÇÕES GERAIS	753

2.	REVISÃO CRIMINAL.....	753
2.1.	Noções gerais	753
2.2.	Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622 CPP)	754
2.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623 CPP).....	755
2.4.	Competência (art. 624 CPP)	755
2.5.	Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628 CPP).....	756
2.6.	Sucessores (art. 631 CPP).....	756
2.7.	Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630 CPP)	757
3.	HABEAS CORPUS.....	758
3.1.	Noções gerais	758
3.2.	Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648 CPP)	761
3.3.	Transgressão disciplinar (art. 647 CPP).....	764
3.4.	Competência (art. 650 CPP)	765
3.5.	Legitimidades ativa e passiva	766
3.6.	Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP).....	766
3.7.	Rito processual (arts. 655 a 664 CPP).....	767
3.8.	Julgamento	767
3.9.	Recursos	767
4.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	768
4.1.	Noções gerais	768
4.2.	Hipóteses de cabimento.....	769
4.3.	Competência	770
4.4.	Legitimidades ativa e passiva	770
4.5.	Procedimento	771
4.6.	Julgamento	773
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	773
6.	GABARITO.....	777
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	781